

China não deve cumprir meta doméstica de redução do carbono

Apesar disso, país é visto como exemplo nos objetivos de expansão da energia renovável

Por Victoria Damasceno
(Folhapress)

A China pode não alcançar a meta doméstica de redução da intensidade das emissões de carbono, cujo prazo é 2025. Ao mesmo tempo, acadêmicos afirmam que o país, principal emissor de CO₂ do mundo, é visto como exemplo no cumprimento de objetivos ligados à expansão de energia renovável.

A meta, que considera a quantidade de CO₂ emitida por unidade do PIB (Produto Interno Bruto), foi incluída no 14º Plano Quinquenal elaborado por Pequim. Os planos, lançados a cada cinco anos, apresentam as prioridades do Partido Comunista Chinês para o desenvolvimento social, econômico e político do país.

O documento estabelecia uma redução de 18% de 2021 a 2025, tendo 2020 como base. No entanto, um relatório da consultoria S&P Global Energy aponta que, até 2024, o país havia alcançado uma queda de apenas 7,8%, o que exigiria um salto em 2025 para que o objetivo fosse cumprido - um cenário considerado pouco provável por especialistas.

Por outro lado, o país asiático deve atingir com mais facilidade outra meta climática prevista para o período. Pequim estabeleceu uma redução de 13,5% no consumo de energia por unidade do PIB e, até 2024, dados da consultoria indicam que a China já havia alcançado



Mahalaxmi Municipality via Wikimedia Commons

Emissão de CO₂

uma diminuição de 10,8%, tornando o esforço adicional necessário em 2025 factível.

“Vale destacar que a intensidade energética da China diminuiu 3,8% apenas em 2024, portanto a meta adicional de cerca de 3% parece estar ao alcance”, afirma o relatório da S&P.

É esperado que os resultados consolidados das metas climáticas incluídas no último plano quinquenal sejam divulgados até o final do primeiro semestre de 2026.

Para Michael Davidson, da Escola de Política e Estratégia Global da Universidade da Califórnia em

San Diego, é improvável que a China cumpra integralmente as metas estabelecidas para a redução das emissões de carbono por unidade do PIB. Um dos motivos, segundo o pesquisador, é a mudança na forma como Pequim vem estruturando seus compromissos climáticos.

“A liderança central da China está em processo de transição, deixando de priorizar reduções de intensidade e passando a focar no pico das emissões de carbono e em compromissos de redução absoluta”, afirma.

Até recentemente, as metas chinesas eram formuladas com base na intensidade das emissões, deter-

minando reduções por unidade do PIB - um modelo que permite que as emissões absolutas continuem crescendo, ao mesmo tempo em que evita que os objetivos climáticos imponham limites diretos ao crescimento econômico.

A meta de redução da intensidade do carbono em 18% é um exemplo. Uma análise do Green Finance and Development Center mostra que, mesmo com o cumprimento desse objetivo, as emissões totais de CO₂ da China ainda poderiam crescer cerca de 10%.

Agora, Pequim se volta a compromissos de redução absoluta das

emissões de gases de efeito estufa. Em 2025, o país anunciou uma meta de redução líquida de 7% a 10% até 2035, em relação ao pico das emissões, que o regime chinês prevê atingir antes de 2030.

Davidson afirma que a redução absoluta é relevante porque indica esforços concretos rumo à neutralidade de carbono, conceito que se refere ao equilíbrio entre as emissões de CO₂ e sua remoção da atmosfera.

“A China está entre os poucos países de renda média, ao lado do Brasil, que estabeleceram uma meta absoluta de redução de emissões para 2035”, diz.

A redução líquida de 7% a 10% deve ser alcançada com relativa facilidade, segundo Kelly Sims Gallagher, reitora e professora de política energética e ambiental da Escola Fletcher, da Universidade Tufts (EUA).

“Acredito que a China vai atingir o pico de emissões muito em breve e, em seguida, é provável que supere sua meta para 2035, já que esse objetivo foi definido de forma conservadora.”

Gallagher afirma que o país superou com folga metas relacionadas à energia renovável, como o marco de 1.200 gigawatts de capacidade instalada em energia eólica e solar, seis anos antes do previsto, e, no início de 2025, a capacidade combinada de eólica e solar ultrapassou pela primeira vez a do carvão no país.

“Ainda assim, a China continua construindo novas usinas a carvão por razões ligadas à segurança econômica”, diz.

Maria Corina diz que será eleita presidente da Venezuela ‘na hora certa’

A líder da oposição na Venezuela e vencedora do Nobel da Paz, María Corina Machado, chamou a atual líder interina do país sul-americano, Delcy Rodríguez, de comunista e disse que Donald Trump se preocupa com a população venezuelana.

“Delcy [Rodríguez] é uma comunista. Ela é a principal aliada do regime russo e chinês. Não é o que representa a Venezuela”, afirmou. A declaração foi feita durante uma conversa com jornalistas no Heritage Foundation, em Washington, após o seu encontro com o presidente americano.

Ela disse que saiu da reunião com Trump “muito emocionada e esperançosa pelos momentos que estão por vir”. “Estava ali representando um povo que deu sua vida pela liberdade e vai conseguir [alcançá-la] graças ao apoio do presi-

dente Donald Trump”, diz.

“O presidente entende como a liberdade afeta todo o hemisfério. Senti um enorme respeito, senti que pudemos conversar sobre todos os temas com absoluta honestidade.”

María Corina também acusou Delcy de ter liderado a repressão a opositores do regime chavista na Venezuela e relativizou a aproximação entre a líder interina e Trump. “Neste momento, ela está apenas cumprindo ordens.”

Em uma entrevista exibida na sexta (16) pela Fox News, gravada no dia anterior, a opositora disse esperar ser eleita presidente da Venezuela “na hora certa”. O republicano, por ora, não sinaliza disposição para pressionar por uma mudança de regime.

“Há uma missão: vamos transformar a Venezuela naquela terra de graça, e acredito que serei eleita

presidente da Venezuela na hora certa, a primeira mulher presidente”, disse María Corina. Questionada sobre o futuro do país, ela respondeu que deseja liberdade. “E não só isso, teremos um país que será a inveja do mundo.”

O cenário político da Venezuela passa por mudanças após a deposição de Nicolás Maduro, ditador capturado por forças americanas em Caracas, no último dia 3. Delcy Rodríguez, que era vice, assumiu o comando do regime de forma interina e, desde então, mantém diálogos com Trump.

Trump e Delcy já conversaram por telefone, e o americano descreveu a venezuelana como “uma pessoa formidável” e alguém com quem Washington “trabalha muito bem”. O líder republicano também já disse que María Corina “não tem o apoio interno nem o respeito do

país” para governar a Venezuela.

A opositora deixou o território venezuelano com apoio dos EUA, em dezembro, para receber na Noruega o Prêmio Nobel da Paz. Ela não chegou a tempo da cerimônia de entrega, entretanto, e foi representada pela filha. Na quinta (15), durante o encontro com Trump na Casa Branca, María Corina decidiu entregar a medalha do Nobel ao presidente, num gesto descrito por ele como maravilhoso e de respeito mútuo.

Mesmo que María Corina tenha dado a medalha para Trump, a honra continua sendo dela. O Instituto Nobel da Noruega afirmou que o prêmio não pode ser transferido, compartilhado ou revogado. Ainda assim, na entrevista à Fox, a opositora disse que a homenagem a Trump foi emocionante.

“Decidi entregar a medalha ao

presidente em nome do povo da Venezuela e expliquei a ele onde encontrei a inspiração”, afirmou. Segundo ela, há precedentes históricos. “Duzentos anos atrás, o general Lafayette presenteou Simón Bolívar, o libertador dos venezuelanos, com uma medalha com a imagem de George Washington [o primeiro presidente dos EUA].”

Lafayette, militar francês que participou da Guerra da Independência dos EUA, teve papel central também na Revolução Francesa de 1789. “Bolívar guardou essa medalha até o fim de seus dias. Sendo assim, duzentos anos depois, o povo de Bolívar está presenteando o herdeiro de Washington com uma medalha. Neste caso, o Prêmio Nobel”, afirmou María Corina.

Por Isabella Menon e Renan Marra (Folhapress)